

CARTA DE REPÚDIO

Do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero - NIPAM /CE/UEPB

Para: Direção do Centro de Educação

CONSUNI

Gabinete da Reitoria e

Toda a Comunidade Universitária

Em “Aula Magna” sobre “Avanços e desafios da educação”, proferida na UFPB, no dia 26 de abril, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, apresentando-se como pastor, a certa altura, declarou que:

“Crianças com 9 anos, 10 anos, não sabem ler, sabem tudo, com respeito a todas essas senhoras aqui presentes, sabem até colocar uma camisinha, mas não sabem que b+a é ba. Estava na hora de dar um basta nisso e é por isso esse pessoal do contra me levou agora pro Tribunal de Contas da União porque eu não queria, eu retirei do edital do livro didático questões de gênero pra crianças de 6 a 10 anos. Onde já se viu... eu começar a discutir esses assuntos, não que eu sou contra a discussão desses assuntos, respeito a orientação de todos, mas eu acho que a gente não tem o dever... não tem o direito, melhor dizendo, de violar a inocência de uma criança, nessa idade de 6 a 10 anos, trazendo questões... se você quiser ser homem, você é homem, se quiser ser mulher, é mulher. A biologia, a natureza diz que ele é homem, é xy, mas eles querem dizer que a pessoa pode escolher o que quer. Não pode ser assim, eu acho que a gente tem de dar o direito... sim as pessoas têm liberdade pra escolher o que querem... então nesse ponto eu sou bem radical (...) eu acho que existe idade pra tudo e eu não permiti, e o melhor, o TCU por unanimidade me apoiou e disse que realmente não era hora de discutir esse assunto com crianças de 6 anos a 10 anos, que esse era um tema que não poderia estar no edital que eu lancei para livros didáticos e ponto final. Pago esse preço, pago sim, mas eu quero dar a minha contribuição com o futuro do Brasil”.

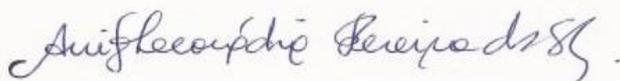
O NIPAM vem esclarecer que:

- 1) Crianças de 9 anos colocando camisinha, se é fato, indica violência sexual infantil, problemática infelizmente recorrente no interior dos lares, sendo que a escola tem sido a principal instituição de identificação, denúncia e encaminhamento de medidas protetivas dessas crianças.
- 2) Levantamento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) identifica que a violência sexual contra crianças e adolescentes acontece, em 73% dos casos, na casa das próprias vítimas ou dos suspeitos, mas, é cometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias, sendo o suspeito do sexo masculino em 87% dos registros e, igualmente, de idade adulta, entre 25 e 40 anos, para 62% dos casos. A vítima é adolescente, entre 12 e 17 anos, do sexo feminino em 46% das denúncias recebidas (Publicado em 18/05/2020. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH).
- 3) Tratar de gênero não é necessariamente tratar de sexualidade, o que demonstra desconhecimento e confusão conceitual. O campo dos estudos de gênero e o campo

dos estudos da sexualidade são interdisciplinares, complexos, relativamente autônomos e intercomplementares.

- 4) Questões de gênero são estudos acadêmicos e devem ser transversalizadas no currículo desde a educação infantil, porque “os princípios de visão e divisão de gênero” referem-se à ordem social e simbólica, além das identidades dos sujeitos. Como as relações de gênero são relações de poder, trata-se de superar a dominação masculina que impede o pleno desenvolvimento humano de crianças, mulheres e homens. Sobre isso há ampla literatura científica e pedagógica.
- 5) Os estudos e as políticas de gênero são reconhecidamente inovadores, além de eticamente desejáveis no contexto de planejamento e implementação das políticas públicas para transformação das relações sociais de opressão e pela erradicação da violência.
- 6) O Estado brasileiro está comprometido com a Agenda 2030 da ONU, que traz no ODS 5: *alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*. Este compromisso e a assinatura de outras declarações resultantes de conferências da ONU implicam respostas concretas no âmbito das políticas públicas.
- 7) A UFPB assinou no dia 29 de novembro de 2017, através da Reitora Margareth Diniz, sua adesão à Campanha ElesPorElas, com a presença da representante da ONU Mulheres no Brasil, Dra. Nadine Gasman, integrando-se à rede global das universidades participantes da campanha. Seu foco é empoderar meninas e mulheres; e educar meninos e reeducar homens para masculinidades não violentas.

Diante do exposto, **o NIPAM, comprometido com o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, solicita a realização de uma aula pública, igualmente chamada pela Reitoria da UFPB, no próximo mês de maio**, para fazer os devidos esclarecimentos à comunidade acadêmica sobre a importância e a necessidade dos estudos de gênero, em contraposição às distorções proferidas pelo Ministro da Educação.



Dra. Anita Leocádia Pereira dos Santos
DCFS/CCA
Coordenadora do NIPAM

Dra. Rita Cristiana Barbosa
DCR/CE
Vice Coordenadora do NIPAM

Carta de Repúdio aprovada em reunião ordinária do Conselho Técnico Científico – CTC, em 28 de abril de 2021.

Anita Leocádia Pereira dos Santos - CCA/UFPB

Áurea Augusta Rodrigues da Mata – CE/UFPB

Maria Deborah Cabral de Sousa – CE/UFPB

Rita Cristiana Barbosa – CE/UFPB

Gislaine da Nóbrega Chaves – CE/UFPB

Joseval dos Reis Miranda - CE/UFPB

Maria Eulina Pessoa de Carvalho – DHP/CE/UFPB

Glória de Lourdes Freire Rabay – CCTA/UFPB

Jeane Félix da Silva - UFAL

Lígia Luís de Freitas – UNIPÊ